GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Justiça e Cidadania

Relatório de Desempenho da Gestão 2015

Exercício 2015

ÍNDICE

1. **Apresentação**

2. **Descrição geral, missão, finalidade, competências e estrutura organizacional da Organização**

3. **Recursos Orçamentários**

4. **Programa de Governo, Recursos, Estratégias e Plano de Ação.**

4.1. Programa 077 – Infra-Estrutura, Gestão e Assistência Penitenciária
4.1.1. Objetivos
4.1.2. Estratégia das Ações
4.1.3. Principais resultados e realizações
4.1.3.1. Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário
4.1.3.2. Diversidade e Inclusão Educacional / Educação em prisões
4.1.3.3. Inclusão Social do Preso e do Egresso
4.1.3.4. Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização

4.2. Programa 076 – Proteção e Cidadania
4.2.1. Objetivos
4.2.2. Estratégia das Ações
4.2.3. Principais resultados e realizações:
4.2.3.1. Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou
4.2.3.2. Conselho Penitenciário do Estado do Ceará

4.3. Programas Multisetoriais:
4.3.1. Programa 024 – Promoção e Proteção dos Direitos Humanos
4.3.1.1. Objetivos
4.3.1.2. Recursos Orçamentários e Financeiros
4.3.1.3. Estratégia das Ações
4.3.1.4. Principais resultados/realizações

4.3.2. Programa 025 – Enfrentamento as Drogas
4.3.2.1. Objetivos
4.3.2.2. Recursos Orçamentários e Financeiros
4.3.2.3. Estratégia das Ações
4.3.2.4. Principais resultados/realizações
4.3.3. Programa 026 – Atendimento à Pessoa com Deficiência
4.3.3.1. Objetivos
4.3.3.2. Recursos Orçamentários e Financeiros
4.3.3.3. Estratégia das Ações
4.3.3.4. Principais resultados/realizações

4.4. Programa 500 – Gestão e Manutenção da Sejus
4.4.1. Objetivos
4.4.2. Recursos Orçamentários e Financeiros
4.4.3. Estratégia das Ações
4.4.4 Principais resultados/realizações

5. Indicadores de Gestão e de Desempenho

5.1. Ceará Pacífico

5.1. Ceará Acolhedor

1. Apresentação

A Secretaria da Justiça e Cidadania foi criada através do Art. 40 da Constituição Política do Estado do Ceará, de 16 de junho de 1891, tendo sido regulamentada em 24 de setembro de 1891. Em 1926 passou a denominar-se de Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, posteriormente a Secretaria do Interior e da Justiça, a partir de 1962, Secretaria de Justiça e em 2003, Secretaria da Justiça e Cidadania.

2. Descrição geral, missão, finalidade, competências e estrutura organizacional da Organização

O Decreto Nº. 31.419, de 24 de fevereiro de 2014, que altera a estrutura organizacional, aprova o regulamento e dispõe sobre a denominação e a quantificação dos cargos de direção e assessoramento da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), em seu artigo 2º estabelece a missão institucional da SEJUS que é a de promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, através da ação integrada entre o Governo Estadual e a sociedade, tem como missão promover e garantir as políticas de direitos humanos, a execução penal e sua função social em parceria com a sociedade e demais instituições governamentais, competindo-lhe:

> I - executar a manutenção, supervisão, coordenação, controle, segurança, inteligência e administração do Sistema Penitenciário e o que se referir ao cumprimento das penas;
>
> II - promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, através da ação integrada entre o Governo Estadual e a sociedade, competindo-lhe zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos;
>
> III- superintender e executar a política estadual de preservação da ordem jurídica,
>
> da defesa, da cidadania e das garantias constitucionais;
>
> IV - desenvolver estudos e propor medidas referentes aos direitos civis, políticos, sociais e econômicos, as liberdades públicas e à promoção da igualdade de direitos e oportunidades;
>
> V - atuar em parceria com as instituições que defendem os direitos humanos;
>
> VI - promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantam plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas;
>
> VII - administrar as Casas do Cidadão;

VIII - administrar o Caminhão do Cidadão;

IX - administrar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

X - administrar a Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização;

XI - articular e planejar o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

XII - receber opiniões, reclamações, denúncias, elogios apresentados pela sociedade, dando-lhes o devido encaminhamento através da Ouvidoria;

XIII - coordenar e supervisionar a execução do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH); Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e o Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Ceará (Provita);

XIV - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos deste Regulamento.

Art. 1 São valores da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus):

I – justiça;

II – cidadania;

III – ordem e o direito;

IV - respeito à dignidade humana;

V - comprometimento com a missão funcional e institucional.

A Estrutura Organizacional básica e setorial da SEJUS de conformidade como o decreto Nº31.756, de 07 de julho de 2015, passou a ser a seguinte:

I. **DIREÇÃO SUPERIOR**

- Secretário da Justiça e Cidadania
- Secretário Adjunto da Justiça e Cidadania

II. **GERÊNCIA SUPERIOR**

- Secretario Executivo

III. **ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO**

1. Assessoria Jurídica
2. Assessoria de Desenvolvimento Institucional

IV. **ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA**

3. Coordenadoria da Cidadania
   3.1. Célula das Unidades Integradas de Atendimento ao Cidadão – Programa Vapt Vupt

3.2. Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência
3.3. Núcleo de Apoio à Cidadania
3.4. Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção à Pessoas
4. Coordenadoria do Sistema Penal
4.1. Célula de Articulação do Sistema Penal
4.1.1. Colônia Agrícola Padre José Esmeraldo de Melo
4.1.2. Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes
4.1.3. Hospital e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo
4.1.4. Núcleo de Assistência à Saúde
4.1.5. Núcleo da Casa do Albergado
4.1.6. Núcleo de Segurança e Disciplina
4.1.7. Núcleo de Custódia
4.2. Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa
4.3. Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II
4.3.1. Núcleo de Administração Carcerária II
4.4. Penitenciária Industrial Regional do Cariri
4.4.1. Núcleo de Administração Carcerária III
4.5. Penitenciária Industrial Regional de Sobral
4.5.1. Núcleo de Administração Carcerária IV
4.6. Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo
4.6.1. Núcleo de Administração Carcerária V
4.7. Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Penitenciário Luciano Andrade de Lima
4.7.1. Núcleo de Administração Carcerária VI
4.8. Casa de Privação Provisória de Liberdade Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal
4.8.1. Núcleo de Administração Carcerária VII
4.9. Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto
4.10. Casa de Privação Provisória de Liberdade Prof. José Jucá Neto
4.11. Casa de Privação Provisória de Liberdade Elias Alves da Silva
4.11.1. Núcleo de Administração Carcerária VIII
4.12. Centro de Triagem e Observação Criminológica
4.13. Célula do Grupo de Apoio Penitenciário
5. Célula Regional do Sistema Penal Norte
6. Célula Regional do Sistema Penal Sul
7. Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso

7.1. Núcleo de Empreendedorismo e Economia Solidária
7.2. Núcleo Educacional e de Capacitação Profissionalizante
7.3. Núcleo de Gestão de Assistidos e Egressos
7.4. Núcleo de Artes e Eventos
8. Coordenadoria de Inteligência
9. Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização
9.1. Célula Pedagógica
9.1.1. Núcleo de Ensino
9.1.2. Núcleo de Pesquisa e Memória
9.1.3. Núcleo de Apoio e Logística

V. ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

10. Coordenadoria de Gestão de Pessoas
11. Coordenadoria Administrativo-Financeira
11.1. Núcleo Contábil e Financeiro
12. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
12.1. Célula de Gestão da Informação
13. Coordenadoria de Patrimônio e Logística
13.1. Célula de Compras e Logística
13.1.1. Núcleo de Transportes

VI - ÓRGÃOS COLEGIADOS

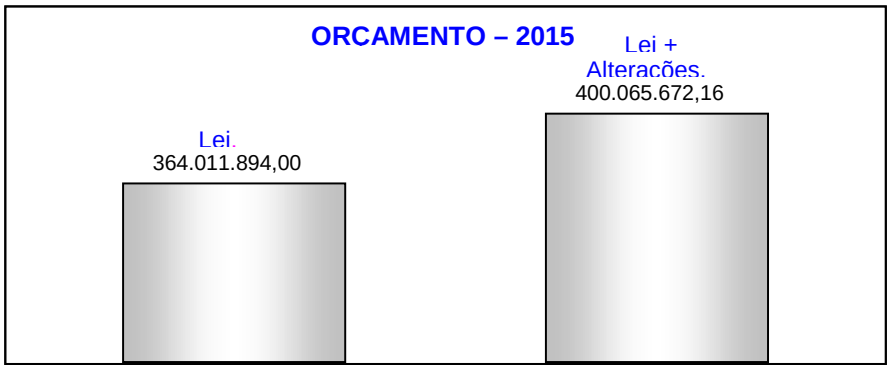
- Conselho Penitenciário do Estado do Ceará
- Conselho de Defesa dos Direitos Humanos
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Ceará
- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará
- Coordenação Estadual do Programa Estadual de Proteção dos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos
- Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretário da Justiça e Cidadania	SS-1	01
Secretário Adjunto da Justiça e Cidadania	SS-2	01
Secretário Executivo	SS-2	01
Assessor Especial	DNS-2	05
Coordenador	DNS-2	12
Diretor de Unidade Prisional	DNS-2	11
Articulador	DNS-3	07
Diretor Adjunto de Unidade Prisional	DNS-3	11
Gerente de Unidade Prisional	DNS-3	03
Orientador de Célula	DNS-3	09
Supervisor de Núcleo	DAS-1	22
Assessor Técnico	DAS-1	16
Gerente Adjunto de Unidade Prisional	DAS-1	03
Assistente Técnico	DAS-2	15
Auxiliar Técnico	DAS-3	54
Auxiliar Logístico	DAS-4	75
TOTAL		246

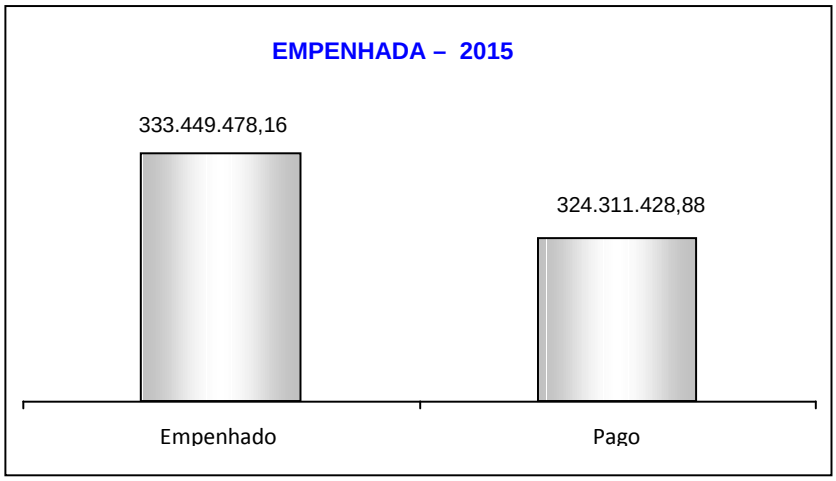
3. **Recursos Orçamentários**

- A Lei Orçamentária destinou à SEJUS, em 2015, os valores do gráfico abaixo (Em R$ 1.00)



Fonte: SIOF 2015

- A SEJUS utilizou-se, no decorrer de 2015, dos valores do gráfico abaixo (Em R$ 1,00)



Fonte: SIOF 2015

4. Programa de Governo, Recursos, Estratégias e Plano de Ação:

4.1. Programa 077 – Infra-Estrutura, Gestão e Assistência Penitenciária

4.1.1. Objetivos:

Gerir e manter o funcionamento das atividades fins das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário, construir, reformar e modernizar as unidades prisionais de forma a dotá-las de infra-estrutura básica, física e ambiental mínima necessária às condições de abrigo digno aos indivíduos em conflito com a Lei e promover a educação básica, a educação superior, a qualificação profissional, a saúde básica, a cultura e o esporte no sistema penitenciário para a ressocialização do preso e egresso.

EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA 2015				
Lei + Crédito	**Empenhado**		**Pago**	
	(R$)	(%)	(R$)	(%)
209.528.416,88	152.780.746,35	72,92	145.579.661,10	69,48

Fonte: Relatório de execução orçamentária 2015

O programa objetiva atender a quatro metas: 1. Construir, reformar, modernizar e equipar as unidades prisionais, dotando-as de infraestrutura adequada; 2. Gerir e manter em pleno funcionamento as atividades fins do sistema penitenciário; 3. Promover a assistência básica, a assistência jurídica, a execução de penas alternativas, a qualificação profissional e o apoio à empregabilidade, à religião, à cultura, ao esporte e ao lazer dos indivíduos em conflito com a lei e sob a tutela do Estado e 4. Manter, modernizar e equipar a Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização.

4.1.2. Estratégia das Ações:

1. Gerenciamento das Atividades-Fins do Sistema Penal
2. Criação de novas vagas mediante a construção, ampliação, reforma e recuperação de unidades prisionais;
3. Reequipamento das unidades prisionais;
4. Implantar oficinas produtivas no interior das unidades prisionais;
5. Realizar cursos de capacitação e qualificação profissional de presos e egressos;
6. Atendimento às necessidades básicas em saúde aos presos e egressos;
7. Realização de Eventos Socioculturais e Esportivos;
8. Implantação e Manutenção do Ensino Fundamental, Médio e Superior para o Interno e Egresso;
9. Apoio e Manutenção ao egresso para a empregabilidade;
10. Celebrar convênios com entidades governamentais, privadas e/ou ONG´s;
11. Apoiar, com materiais e matérias primas, os egressos qualificados.
12. Gestão da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização;
13. Realização de Eventos.

4.1.3. Principais resultados e realizações:

4.1.3.1. Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário

- Construção da Cadeia Pública com 272 vagas no município de Juazeiro do norte;

- Recuperação/manutenção das unidades penitenciárias: CPPL III, CPPL de Caucaia, CPPL IV, PIRS e Casa do Albergado;
- Recuperação/manutenção de 07 cadeias pública, nos municípios de Novo Oriente, Sobral, Quixadá, Pindoretama, Lavras da Mangabeira, Iguatu e Aquiraz;
- Em andamento construção da Cadeia Pública para Jovens Adultos com 500 Vagas, no Município de Horizonte; Cadeia Pública Masculina com 600 Vagas, em Itaitinga; Cadeia Pública Feminina com 502 Vagas, em Aquiraz Ce; Casa de Privação Provisória da Liberdade - CPPL V no município de Itaitinga com 1.016 vagas; Unidade de Regime Semi-Aberto na Região Metropolitana de Fortaleza, com 944 vagas;
- Licitação para a construção de cadeias pública nos municípios de Tianguá e Crateús (153 vagas) e no município de Parambu (34 vagas); conclusão da reforma e recuperação da cadeia pública de Missão Velha; reforma/ampliação das cadeias públicas de Cariús e Brejo Santo e recuperação da cadeia pública de Tamboril;
- Criação do Grupo de Escoltas Táticas Penitenciarias – GETAP e efetivação do Corpo de Guarda Penitenciaria no âmbito da COSIPE;
- Transferências de 5.670 internos entre Unidades da RMF e internos oriundos de outras Comarcas e delegacias;
- Realização de Transferências de internos Policia Federal, Convênio nº 042/2013 de 171 presos recebidos para as unidades prisionais da RMF;
- Realização de Transferências de internos oriundos da DECAP, de acordo com a Portaria nº269/2012 (SEJUS e SSP-CE), de 1.378 presos recebidos para as unidades prisionais da RMF;
- Nomeados 15 novos agentes penitenciários, sob judice, atingindo o número de 2.492 agentes penitenciários na ativa no Estado;
- Realização de 432 vistorias na UPs e CDs;
- Capacitação para 20 agentes penitenciários do grupo de Custodia;
- Apreensão de 5.367 materiais ilícitos entre drogas ilícitas, armas e celulares;
- Realização de 401 procedimentos de apoio, segurança e deslocamento de presos realizados pelo Grupo de Apoio Penitenciário;
- Registro de 292.420 visitantes, incluindo as UPs da PIRC e PIRS;

- Realização de 680.744 atendimentos nas ações de atenção básica oferecidas nas UPs, assim distribuídos: 31.121 atendimentos médicos, 42.198 atendimentos odontológicos, 95.945 atendimentos de enfermagem, 18.164 atendimentos psicológicos, 45.234 atendimento de serviço social, 2.053 atendimento terapia ocupacional, 2.038 atendimento psiquiátrico, 421.512 procedimentos de enfermagem, 13.865 exames laboratoriais, 4.918 procedimentos de Educação Física e 3.696 atendimentos de fisioterapia;
- Atividades de saúde realizadas nas unidades prisionais: exames laboratorial 4.918; controle de TB 7.524; controle de Hansen 86; controle DSTs – HIV 7.930; controle de hepatites 3.488; controle de hipertensão 3.404; controle de diabetes 3.404; cadastro no cartão SUS 7.235; atendimento a saúde da mulher 16.561; atividades da saúde da mulher 37.070; Imunização de presos 1.715.204 e aquisição de medicamentos.
- Implantação/restauração do som pela equipe da rádio livre em todas as vivências e administração do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa.

4.1.3.2. Diversidade e Inclusão Educacional / Educação em prisões

A oferta de educação formal nas unidades prisionais cearense atendeu 2.348 alunos matriculados, sendo 1.996 no ensino fundamental e 254 no ensino médio. As matriculas estão distribuídas em 58 estabelecimentos prisionais, sendo 10 na Região Metropolitana de Fortaleza e 48 no Interior do estado. Destaca-se a ocorrência inédita de 40 vagas de alfabetização, através do MOVA, em duas unidades; vagas do Primeiro Passo para os internos, em parceria com a STDS, e a adesão de 450 novas vagas para o PROJOVEM Prisional. Ações desenvolvidas:

- Realização de 1.682 inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade – ENEM PPL, sendo 1.151 na Região Metropolitana de Fortaleza e 531 nos demais municípios;
- Aprovação da 2ª edição do PROJOVEM Urbano Prisional que irá contemplar 250 jovens entre 18 e 29 anos, sendo 85 vagas no Instituto Penal Francisco Hélio Viana de Araújo, 85 vagas no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa e 80 na Penitenciária Industrial do Cariri;

- Realização do curso alfabetização digital através do programa luz do saber nas unidades com laboratório de informática (IPF, IPPOO II, IPFHVA, CPPL III e CPPL IV) atendendo 150 educandos;
- Participação de 06 egressas oriundas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa no curso de Filosofia através de convenio firmado com a Faculdade Católica de Fortaleza;
- Oferta de 200 vagas para jovens entre 18 e 24 anos do sistema penitenciário cearense no programa Primeiro Passo – Linha de Ação Jovem Bolsista, através da parceria com a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo Social – STDS;
- Realização de 05 convênios com instituições de ensino superior - Faculdade 7 de Setembro, Estácio FIC, FAMETRO e Farias Brito.

4.1.3.3. Inclusão Social do Preso e do Egresso

- Parceria com a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo Social – STDS para a qualificação de 80 egressos, em áreas de doces e salgados, pizzaiolo, manipulação de alimentos e informática;
- Execução do “Projeto Maria Marias” em parceria com o Ministério da Justiça que visa à capacitação das internas do Instituto Penal Feminino – IPF nas áreas de artesanato, culinária, informática, cursos de beleza e na área da construção civil, sendo qualificadas 72 internas;
- Parceria com o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, capacitando 80 internos nas áreas de eletricista, encanador e mecânica de motos;
- Execução do projeto “Querer” em parceria com o SENAC e SEBRAE, que visa à qualificação, no Instituto Penal Feminino – IPF e no Instituto Presídio Olavo Oliveira II, em áreas da beleza (cabeleireiro, manicure e pedicure, maquiador, depilador) e de empreendedorismo, sendo qualificadas 52 internas (IPF) e 06 internos (IPPOOII);
- Execução do projeto “Sou Capaz”, em parceria com o SENAC, que ofertou 120 vagas para capacitação de egressos do sistema prisional cearense, realizados na Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso e na SEJUS, nas áreas de assistente administrativo, operador de computadores, conservação e zeladoria e cabeleireiro assistente;

- Execução do Projeto Cadeias Produtivas, projeto de industrialização dos presídios com a implantação de 04 novas empresas no interior dos presídios, totalizando 63 pessoas empregadas;
- Execução do "Projeto Fabricando Oportunidades" capacitando e fomentando o empreendedorismo por meio da confecção de produtos artesanais através das seguintes Oficinas Produtivas implantadas nas Unidades Prisionais: artesanatos no IPF (50 internas); bolsas serigrafadas na CPPL II (06 internos); peças em mosaico no IPPOO II (30 internos); tenerife na CPPL de Caucaia e CPPL III (60 internos) e tapeçaria no IPPOO II (30 internos);
- Execução do "Projeto Arca das Letras" em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para confecção de 300 mini-bibliotecas para entrega nos assentamentos rurais do Estado, sendo qualificados 25 internos;
- Execução do Projeto "Plantando o Amanhã", projeto de capacitação em jardinagem e paisagismo em parceria com a EMLURB, capacitando 20 egressos;
- Execução do Projeto "Mãos que Constroem", projeto que visa à celebração de convênios com a iniciativa privada para o encaminhamento de 20 egressos ao mercado formal de trabalho;
- Absorção de 208 egressos nos serviços de manutenção em todas as Unidades Prisionais do Estado;
- Execução do "Projeto Grafitart" para capacitação de internos na arte do grafite, a fim de que possam fabricar produtos para serem comercializados, sendo qualificados 40 internos;
- Execução do Projeto "Cine Diálogo" que visa à apresentação de um filme motivacional para 30 internos em 11 Unidades Prisionais mensalmente para debate com a equipe técnica formada por psicólogos e assistentes sociais, beneficiando 3.960 internos ao ano;
- Execução do "Projeto Acordes para a Vida", projeto de música utilizando violões, beneficiando 20 internos;
- Parceria com a CEART que possibilitou que 10 internas artesãs do Instituto Presídio Desembargadora Auri Moura Costa retirassem carteira de artesã nas áreas de crochê, vagonite e bordado à mão;
- Implantação do Projeto "Livro Aberto", projeto de incentivo a leitura no interior das unidades prisionais, em 06 novas unidades prisionais com 6.943 obras emprestadas;

- Implantação do Projeto “Arte em Vida”, projeto de pintura em tela, com a exposição pública de 20 telas e 05 internos capacitados;
- Implantação do Projeto “Celebrando a Restauração” em parceria com a Igreja Batista Central para 10 egressos;
- Implantação do Projeto “Mãos que reciclam”, projeto de reciclagem de banners para produção 2.000 pastas para eventos públicos, empregando 10 internos;
- Implantação do Projeto “Vivendo e Empreendendo” com a distribuição de 50 carrinhos de lanche para egressos;
- Implantação dos cursos online para egressos em parceria com o Instituto Mundo Melhor, com 97 certificados entregues.
- Desenvolvimento de curso em parceria com o INEGRA, de empoderamento feminino, capacitando 60 internas e preparando mais 30 para a obtenção da autonomia e da liberdade.

4.1.3.4. Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização:

A implantação da Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização - EGPR, no Ceará, tem como fundamento básico a educação para a ressocialização em consonância com o artigo 1º da Lei de Execução Penal- LEP que reza que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Fundamenta-se, ainda no artigo 77 que diz que o pessoal da execução penal, seja o administrativo especializado, o de instrução técnica e o de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais.

A Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização - EGPR integra a Rede de Escolas de Governo do Estado do Ceará, liderada pela Escola de Gestão Pública- EGP e a Rede Nacional de Escolas de Governo, liderada pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Neste ano, foram realizadas a qualificação e certificação de 982 servidores das unidades da Secretaria da Justiça e Cidadania sendo certificados 828 pessoas para cursos e 154 para palestras. Importantes parcerias foram implementadas para a ampliação e qualificação das formações, envolvendo as Universidades Federal e Estadual em convênio de cooperação técnica. Ao mesmo tempo, a escola se estruturou para atuar junto ao projeto estratégico do governo, para humanizar o sistema

prisional e capacitar os gestores e agentes públicos na implementação da agenda da diversidade, indicativo do DEPEN na perspectiva do respeito aos direitos humanos.

4.2. Programa 076 – Proteção e Cidadania

4.2.1. Objetivos:

Assegurar o acesso da população a canais de interlocução para o exercício da cidadania, atendimento integrado de qualidade ao cidadão através dos Caminhões e Casas do Cidadão, proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas, Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes ameaçados, prevenção do tráfico de seres humanos e apoiar os Conselhos vinculados.

EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA 2015				
Lei + Crédito	**Empenhado**		**Pago**	
	(R$)	(%)	(R$)	(%)
35.432.159,65	28.300.667,10	79,87	28.300.667,10	79,87

Fonte: Relatório de execução orçamentária 2015

O Programa objetiva promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, através da ação integrada entre o Governo Estadual e a sociedade, competindo-lhe zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos; superintender e executar a política estadual de preservação da ordem jurídica, da defesa, da cidadania e das garantias constitucionais; desenvolver estudos e propor medidas referentes aos direitos civis, políticos, sociais e econômicos, as liberdades públicas e à promoção da igualdade de direitos e oportunidades; atuar em parceria com as instituições que defendem os direitos humanos; promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantam plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas.

4.2.2. Estratégia das ações:

1. Gestão do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através da conscientização do cidadão para prevenir à exploração sexual e prestar assistência às vítimas de tráfico de seres humanos;

2. Implantação e Gestão dos conselhos vinculados, o Conselho de Defesa de Direitos Humanos, do Conselho Penitenciário e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

3. Gestão do Centro de Referência e Apoio as Vítimas de Violência.

4. Realização de seminários de capacitação, eventos e campanhas de conscientização;

5. Atendimento ao cidadão nas Casas e Caminhões do Cidadão, prestando serviço à população carente de todo o Estado do Ceará com a emissão de documentos.

6. Gestão do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, em parceria com a APAVV, Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes ameaçados e Programa Estadual de Proteção aos Defensores(as) de Direitos Humanos (PPDDH).

4.2.3. Principais Resultados e Realizações:

Metas Prioritárias 2012 – 2015	Programado	Realizado
01126 - Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos Caminhões do Cidadão	103.400	65.963
01150 - Atender 1.256.000 cidadãos nas Casas do Cidadão	356.200	347.913
01151 - Atender 14.400.000 cidadãos nas centrais de atendimento do Vapt-Vupt.	3.600.000	842.744
01139 - Atender 20.000 cidadãos nos conselhos e comitês vinculados	7.808	2.778
01498 - Atender a 100% da demanda direcionada à SEJUS dos cidadãos vítimas de violência, do tráfico e da exploração sexual.	100	100
01500 - Atender a 100% da demanda direcionada a SEJUS das testemunhas e defensores dos direitos humanos ameaçados.	100	100

Fonte: SEJUS.

- Ações dos Caminhões do Cidadão: a redução nestes números justifica-se devido ao fim do contrato dos caminhões baú, assim como a redução das ações das Casas do Cidadão, já que houve o fechamento de uma das unidades;
- Protagonismo do Núcleo de Apoio aos Programas de Proteção – NAPP nas ações de redesenho dos Programas de Proteção, restabelecendo em 2015 o funcionamento dos três programas de proteção em convênio com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, inclusive com troca de entidade executora e apoio aos processos de gestão:
- Participação em Audiência Pública para elaboração do diagnóstico das demandas dos Direitos Humanos no Ceará, junto à outras entidades na Assembléia Legislativa;
- Criação do evento “Diálogos pela Vida”, para informação aos operadores de direito sobre os programas de proteção e tráfico de pessoas, em parceria com o Ministério Público e com a Escola de Magistratura, atendendo a 200 participantes;
- Manutenção e acompanhamento ao Conselho Gestor do PPCAAM em nove reuniões ordinárias e uma extraordinária;
- Atendimento a 28 pessoas - vítimas, testemunhas e seus familiares, protegidos no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas – PROVITA;
- Realização de oito reuniões do Conselho Deliberativo (CONDEL) do PROVITA, de nove reuniões ordinárias convocadas;
- Inclusão de 20 defensores no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH, constando ainda o registro de 29 pessoas (15 casos) em análise;
- Atendimento a 50 pessoas (crianças, adolescentes e seus familiares), protegidos no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM;
- Realização de 1.829 atendimentos a vítimas de violência e às famílias pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV);
- Realização de 28 visitas institucionais à instituições, equipamentos e serviços da rede socioassistencial do estado destinadas a divulgação e apresentação do CRAVV;
- Realização de roda de conversa, tendo como tema central o tráfico de pessoas, para 135 jovens dos cursos profissionalizantes ofertados pela Associação Maria Mãe da Vida através do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP;

- Realização de palestras sobre a temática de tráfico de pessoas para 59 mediadores voluntários; 27 alunos do curso de Logística do PRONATEC; 800 jovens participantes do Programa Primeiro Passo da STDS; 126 alunos dos cursos profissionalizantes do Senac, em alusão ao Dia Nacional contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente; 1.403 alunos do Ensino Médio dos Liceus do Ceará;
- Colaboração na construção da programação e na realização do V Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Realização do acordo de Cooperação Técnica com as Coordenadorias Especiais do Gabinete do Governador do Estado e com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social para ampliar a qualificação de técnicos e orientação aos cidadãos atendidos;
- Atendimento a 44 pessoas pelo NETP: estudantes, pesquisadores, acompanhamento psicossocial, sendo o registro de 11 denúncias;
- Realização de 86 ações entre palestras, seminários, capacitações e 04 visitas institucionais a respeito do tema do Tráfico de Pessoas;
- Desenvolvimento de parceria com o programa Vira Vida do Conselho Nacional do SESI para a capacitação de seus técnicos e encaminhamento de jovens protegidos ao programa.

4.2.3.1. Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou

- Realização de 587 atendimentos a anistiados/anistiandos, incluindo parentes e pesquisadores;
- Organização e participação no evento do projeto “Direitos Humanos em Pauta” da SEJUS; na Oficina “Regime Militar no Ceará” em Maranguape, na reunião plenária “semana da Anistia” e no evento “36 anos da anistia Politica no Ceará”;
- Indenização concedida a 15 ex-presos políticos.

4.2.3.2. Conselho Penitenciário do Estado do Ceará

- Realização de 50 sessões ordinárias, 04 sessões extraordinárias e 61 sessões solenes;
- Atendimento a 75 apenados para recebimento da caderneta de livramento condicional e análise de 92 processos sendo: 38 com pedido para Indulto, 37 com pedido para Comutação de Pena, 15 com pedido para indulto e/ou comutação de pena e 02 denúncias;

- Realização de inspeções nas cadeias pública dos municípios de Pindoretama; Icapuí; Aracati; Maranguape e nas unidades: CPPL I, Centro de Triagem; unidade prisional de Caucaia; Presídio Feminino – IPF e Presídio em Pacatuba;
- Participação do Conselho Penitenciário no Mutirão do Indulto para o preso em regime aberto da 2ª e 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza, com análise de 459 processos.

4.3. Programas Multisetoriais: atualizar

4.3.1. Programa 024 – Promoção e Proteção dos Direitos Humanos

4.3.1.1. Objetivos: Realizar atendimento ao cidadão, com foco em assuntos que envolvam os Direitos Humanos, integrando e avaliando ações desenvolvidas pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos.

4.3.1.2. Recursos Orçamentários e Financeiros:

- LEI + CRÉDITO: R$ 3.000,00
- EMPENHADO-PAGO: R$ 0,00

No ano de 2015 o referido projeto não foi executado, tendo em vista a não disponibilidade de convênio para aporte de recurso federal, sendo realizadas atividades relativas a custeio finalístico.

4.3.1.3. Estratégias das Ações:

1. Gestão do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e do Comitê Estadual de Combate à Tortura
2. Realizar reuniões do conselho de defesa de direitos humanos para deliberação das denuncias recebidas e discussão das violações dos direitos humanos no Estado do Ceará.

4.3.1.4. Principais resultados/realizações:

A participação da SEJUS neste Programa tem por objetivo realizar atendimento ao cidadão, com foco nas denúncias, queixas e requerimentos que envolvam os Direitos Humanos. Destacamos a seguir as principais ações realizadas:

- Retomada da atividade do Conselho, que se encontrava desativado, com lançamento de edital para eleição das entidades da sociedade civil, gestão da eleição e posse dos conselheiros eleitos;
- Realização de 05 reuniões ordinárias e 02 extraordinárias;
- Registro de 24 denúncias individuais e 31 coletivas;
- Participação na exibição da 9ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos;
- Atendimento a 10 pessoas na ação de Cidadania no Complexo Penitenciário;
- Participação de audiência pública da Assembleia Legislativa: Direitos Humanos do Ceará; Quilombolas no Ceará e Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará;
- Participação na capacitação: Regime Militar no Ceará IV – Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos;
- Realização dos fóruns "População em Situação de Rua";
- Realização do evento "Direitos Humanos em Pauta", com palestras nas temáticas LGBT, Mulheres, Sistema Penitenciário e Redução da Maioridade Penal;
- Participação na Mesa de Acompanhamento das Políticas Públicas Quilombolas do INCRA.

4.3.2. PROGRAMA 025 – ENFRENTAMENTO AS DROGAS

4.3.2.1. Objetivos: Favorecer aos assistidos, em cumprimento de pena, com ações voltadas ao enfrentamento da drogadicção e promoção da saúde mental, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

4.3.2.2. Recursos Orçamentários e Financeiros:

- LEI + CRÉDITOS: R$ 16.000,00
- EMPENHADO-PAGO: R$ 0,00

No ano de 2015 o projeto Mapp 426 - Apoio as Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos - Projeto de Interiorização do PACAD, não foi executado, tendo em vista a não disponibilidade de convênio para aporte de recurso federal, sendo as ações realizadas através de custeio finalístico.

4.3.2.3. Estratégias das Ações:

1. Realizar cursos, eventos, campanhas e ações de divulgação.
2. Criação de uma equipe itinerante de suporte as ações do Programa de ações continuadas de assistência aos drogadictos no sistema penitenciário.

4.3.2.4. Principais resultados/realizações:

Metas Prioritárias 2012 – 2015	Programado	Realizado
03061 - Realizar 80 cursos, eventos, campanhas e ações de divulgação.	20	101
03059 - Realizar 8.000 avaliações, encaminhamentos, apoio e orientações aos presos nos regimes semi-aberto e aberto e seus familiares.	2.166	2.715

Fonte: SEJUS

Atividades realizadas:

- Atendimento a 2.985 beneficiários diretos em atendimentos individuais, compreendendo serviços de psiquiatria, psicologia, serviço social e participação em atividades coletivas;
- Realização de atividades junto ao Projeto Aprendizes da Liberdade, beneficiando 80 presos em regime semi-aberto;
- Realização pela equipe Itinerante, de ações de promoção à saúde mental e prevenção de agravos por drogadição junto a Central de Alternativas Penais.

4.3.3. PROGRAMA 026 – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.3.3.1. Objetivos: Garantir os direitos da pessoa com deficiência e promover sua inclusão social, através do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará.

4.3.3.2. Recursos Orçamentários e Financeiros:

- LEI: R$ 210.000,00
- EMPENHADO-PAGO: R$ 0,00

No ano de 2015 o Projeto Mapp 331 - Realização de eventos e modernização do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, não foi executado, tendo em vista a não

disponibilidade de convênio para aporte de recurso federal, sendo as ações realizadas através de custeio finalístico.

4.3.3.3. Estratégias das Ações:

1. Gestão do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

2. Fortalecimento dos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.

4.3.3.4. Principais resultados/realizações:

- Atendimento a 30 cidadãos, gerando 15 denúncias e a emissão de 30 documentos (dentre outros, denúncias para o Ministério Público);
- Realização de 11 Reuniões Ordinárias. Temáticas discutidas: Regimento Interno e Plano de Ação do CEDEF Biênio 2015/2016; Termo de Referência da 4ª Conferência; Ações de Mobilização para a Criação de Políticas Públicas para o Segmento da Pessoa com Deficiência; Aprovação do Projeto de Lei do CEDEF; Aprovação do Projeto CISP/Sejus "Confecção de Cadeiras de Rodas realizadas pelos internos do Sistema Penitenciário;
- Realização de 15 Reuniões Extraordinárias. Temáticas abordadas: Passe livre Intermunicipal; IV Conferência Estadual; Reuniões com representantes do Gabinete do Governador sobre a IV Conferência Estadual dos direitos da Pessoa com Deficiência; Reuniões com representantes da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para os idosos e pessoas com deficiência;
- Realização de 15 reuniões das comissões temáticas. Temas enfocados: Comissão IV Conferência (Coordenação da Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência); Políticas Públicas; Direito e Legislação; Articulação de Conselhos; Comunicação Social; Elaboração de Projetos e Captação de Recursos;
- Acompanhamento a 53 Conferências Municipais, abrangendo as 08 regiões do Estado.

4.4. Programa 500 – Gestão e Manutenção da Sejus

4.4.1. Objetivos:

Dotar e manter o órgão de todas as condições materiais e humanas necessárias ao seu pleno funcionamento, promover a manutenção e funcionamento de TI através da aquisição de bens e serviços, como também a capacitação dos servidores públicos da SEJUS, com o intuito de maximizar o desempenho.

4.4.2. Recursos Orçamentários e Financeiro:

EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA 2014				
Lei + Crédito	**Empenhado**		**Pago**	
	(R$)	(%)	(R$)	(%)
153.428.095,63	151.595.690,33	98,81	149.658.726,30	97,54

Fonte: Relatório de execução orçamentária 2015

COAFI REALIZAR ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

4.4.3. Estratégia das Ações:

1. Manutenção e funcionamento administrativo;
2. Aquisição de bens e serviços;
3. Concessão de outros benefícios assistenciais;
4. Modernização da Gestão Institucional;
5. Desenvolvimento e Capacitação de Serviços Públicos;
6. Pagamento de pessoal e encargos sociais.

4.3.4 Principais resultados/realizações

COAFI INCLUIR REALIZAÇÕES

5. Indicadores de Gestão e de Desempenho.

5.1. Ceará Pacífico

De acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), o Sistema Penitenciário tem por objetivo efetivar as disposições de sentenças ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Para que tal objetivo seja alcançado, é necessária a aplicação de meios preventivos e curativos in loco, assegurando o acesso das pessoas presas a ações de saúde, educação, profissionalização e trabalho.

Apesar do quadro que se instala no país de desaceleração da economia, com o aumento da taxa de desemprego e da inflação, o Estado possui em fase de construção 08 unidades prisionais novas entre cadeias, Casas de Privação Provisória de Liberdade – CPPL's e Unidade de Regime Semiaberto, com capacidade prevista de 4.325 vagas, sendo 3.735 masculinas e 590 femininas. Também é prioridade na gestão atual a humanização do atendimento e a qualificação da gestão, adotando-se para tanto a ampliação da atenção a familiares dos internos, o estabelecimento de mutirões em conjunto com a Defensoria e a definição de agentes penitenciários de nível superior para a administação das Unidades. Ademais, a Secretaria de Justiça e Cidadania vem investindo, com o máximo de empenho possível, por entender como prioridade, em uma política de alternativas ao encarceramento, fomentando ações que visam reduzir a população carcerária, como a Audiência de Custódia, e estimulando a adoção das tornozeleiras, duas medidas de alta relevância e impacto na cultura do aprisionamento. São metas estabelecidas no Pacto por um Ceará Pacífico. Registramos no curto período de 21.08.2015 à 11.09.2015, a realização de 122 Audiências de Custódia e em 50% delas foi concedido aos autuados em flagrante o direito de responder ao processo em liberdade. Da mesma forma, até a presente data, o tornozelamento já possibilitou adotar a prisão domiciliar para 450 pessoas, em média. Para propiciar uma maior eficiência no acompanhamento das pessoas contempladas com medidas cautelares diversas da prisão, a Sejus ampliou e requalificou a Central de Alternativas Penais que hoje desenvolve seu trabalho acompanhando e fiscalizando as pessoas que respondem seus processos em liberdade, com ou sem medidas cautelares, em parceria com outras instituições, e beneficia pessoas em regime semiaberto, em visitas de acompanhamento e grupos reflexivos, além de poder ter ainda seu recolhimento ao estabelecimento prisional em finais de semana substituído pela escolarização

em Centros de Educação de Jovens e Adultos, e contar também com o acompanhamento do Programa de Ações Continuadas de Assistência à Drogadição – PACAD, que também ampliou suas atividades. A liberdade para o estudo no final de semana já ocorre em quase 10% dos casos acompanhados (60 de 800). Ainda, ao longo do ano, em consonância com o planejamento estratégico adotado, desenvolveu-se proposta de formatação de um plano estadual para o sistema penal, a fim de desenvolver novas políticas afinadas com a perspectiva de um sistema prisional humanizado, já desenvolvendo as ações referidas para tal.

Evolução de indicadores 2010 – 2015

Indicador	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de ocupação de vagas no Sistema Penitenciário	nº de presos por vaga	1,44	1,56	1,55	1,83	1,75	2,08

Atualmente, a taxa média de excedente prisional (número de vagas x número de presos) em todo o Brasil é da ordem de 66%, com tendência de crescimento. Com a meta de monitorar o funcionamento administrativo e operacional dos estabelecimentos e serviços penais, registramos o índice de 2,08 tendo por base o atual número de presos nas unidades penitenciárias e cadeias públicas (22.631 recolhidos), dividido pelo número atual de vagas ofertadas (10.874). Por isto, o Ceará tem envidado importantes esforços no sentido de buscar soluções para esse cenário~~,~~ através de diversas políticas e ações, reconhecendo na superlotação carcerária o principal óbice à gestão prisional e ao alcance da finalidade da pena.

5.2. Ceará Acolhedor

A Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará tem como missão institucional promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos humanos inalienáveis. Frente ao quadro de violência contemporâneo, em que o Ceará apresenta ainda altos índices de homicídios, o engajamento no pacto pela redução da violência e aumento do acolhimento oferece a perspectiva de fortalecimento das políticas públicas, fomentando o debate, reflexão, educação e uma ação transformadora. Todos os setores se alinharam a esta pactuação, dando a conhecer sua metodologia e amplitude de atendimento e oferecendo a possibilidade de trabalho intersetorial. Assim, buscamos influir e

colaborar na articulação do sistema de proteção aos direitos humanos e no desenvolvimento de estratégias para apoiar, orientar e prestar atendimento psicológico, social e jurídico às vítimas de crimes violentos; da mesma forma, prevenir o tráfico de pessoas, ainda uma realidade no Ceará, buscando ampliar e descentralizar a atuação do Estado para combater este crime; fortalecer as ações de prevenção e o combate à tortura, visando à erradicação dessa prática no âmbito das instituições penais, hospitalares e de abrigamento institucional no Estado. Ao mesmo tempo, a atual oferta de serviços de atendimento ao cidadão, através da prestação de serviços nas Casas do Cidadão, Caminhão do Cidadão, Balcão da Cidadania e Unidades de atendimento do Vapt-vupt tem sido significativas.

Evolução de indicadores 2010 – 2015

Indicador	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoas beneficiadas com atendimento em cidadania	**Nº**	980.182	977.867	1.027.859	1.006.868	748.294	1.256.620

Para compor o indicador de pessoas beneficiadas com atendimento em cidadania em 2015, consideramos os atendimentos apenas no âmbito da Sejus (casas, caminhões e unidades Vapt-vupt). Importa dizer que, no período analisado, a evolução do indicador, reflete um considerável crescimento devido à implantação de mais uma Unidade de Atendimento Vapt-Vupt na cidade de Fortaleza além do crescimento contínuo nos atendimentos relativo à unidade de Juazeiro do Norte. O novo modelo consiste na expansão da oferta de serviços públicos e privados de forma integrada, onde a responsabilidade pela implantação, operação, manutenção e gestão das unidades se atribuirá à concessionária, dentro das diretrizes, critérios técnicos e indicadores de desempenho estabelecidos pelo Governo do Ceará.

Tal iniciativa começou a apresentar resultado no decorrer do ano de 2015, sendo responsável por 842.744 atendimentos nas duas unidades em funcionamento. Há previsão de entrega de mais duas unidades que funcionarão na cidade de Sobral/CE e em Fortaleza no bairro Antônio Bezerra.